

Francisco Sá 3
Energias
Renováveis S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Francisco Sá - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2021

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)	Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	5	11.415	76	Fornecedores	10	322	2
Impostos a recuperar		2	1	Imposto de renda e contribuição social	11	8	-
Adiantamento a fornecedores	6	5.969	1	Obrigações tributárias	11	1	-
				Arrendamento	9	218	-
Total do ativo circulante		17.386	78	Total do passivo circulante		549	2
Cauções e depósitos vinculados	7	8.084	-				
Total realizavel a longo prazo		8.084	-	Financiamentos	12	7.261	-
				Arrendamento	9	1.763	-
Imobilizado	8	4.305	1.016	Total do passivo não circulante		9.024	-
Direito de uso	9	2.043	-				
Total do ativo não circulante		14.431	1.016	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	22.332	1.162
				Prejuízos acumulados		(88)	(70)
				Total do patrimônio líquido		22.244	1.092
Total do ativo		31.817	1.094	Total do passivo e patrimônio líquido		31.817	1.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	14	(20)	(59)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(20)	(59)
Receitas financeiras	15	5	8
Despesas financeiras	15	(3)	(1)
Resultado financeiro líquido		2	7
Resultado antes dos impostos		(18)	(52)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(18)	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
	<u> </u>	<u> </u>
Prejuízo líquido do exercício	<u> (18)</u>	<u> (52)</u>
Outros resultados abrangentes	<u> -</u>	<u> -</u>
Resultado abrangente total	<u> (18)</u>	<u> (52)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		<u>1.162</u>	<u>(18)</u>	<u>1.144</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>(52)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		<u>1.162</u>	<u>(70)</u>	<u>1.092</u>
Integralização de capital	13	21.170	-	21.170
Prejuízo líquido do exercício		<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>22.332</u>	<u>(88)</u>	<u>22.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Resultado antes dos tributos		(18)	(52)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros e encargos	12	108	-
Juros sobre arrendamento	9	211	-
Amortização do direito de uso	9	64	-
		365	(52)
Variações em:			
Adiantamento a fornecedores	6	(5.968)	(1)
Impostos a recuperar		(1)	-
Fornecedores	10	-	(2)
Obrigações tributárias	11	9	(1)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(5.595)	(56)
Pagamento de IR e CS		-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(5.595)	(56)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(2.969)	(765)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(2.969)	(765)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamento	9	(337)	-
Cauções e depósitos vinculados	7	(8.084)	-
Captação de financiamentos	12	7.153	-
Aumento de capital	13	21.170	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		19.902	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		11.339	(821)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		76	897
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		11.415	76
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		11.339	(821)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 08 de junho de 2018, estabelecida na Rodovia BR 122 - Fazenda Taperoa Km 225 Gleba 03, Francisco Sá, Minas Gerais.

A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

A Companhia é controlada integralmente por Francisco Sá Solar Holding S.A., as atividades operacionais estão previstas para iniciar em 1º de janeiro de 2022.

1.1 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Fotovoltaico				
Francisco III	Portaria 361	22/08/2018	35 anos	30

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia :

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
Francisco III	CCEAR (*)	9,1	R\$ 118,35	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro

Os investimentos necessários para a conclusão da construção do parque fotovoltaico serão suportados por aportes dos acionistas controladores, bem como por financiamento já contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

(*) Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

1.3 Impactos da Covid-19

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

Atraso no início das obras e, por consequência, na conclusão da construção do parque fotovoltaico;

Risco de atraso no início das atividades comerciais, previstas para janeiro de 2022.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e adotando as seguintes medidas:

No Estado de Minas Gerais, há vários atos que impõem medidas temporárias para o enfrentamento aos efeitos da pandemia.

A Administração mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a Companhia notificou força maior à ANEEL, sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.

A portaria 359 de 2018 estabelece o prazo para início das atividades comerciais, que será em 1º de janeiro de 2022. Na hipótese de atraso de início da operação, a Companhia irá adquirir energia no mercado livre, suficiente para cumprir com seus contratos de venda de energia, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 13 de agosto de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 17, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 9: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de Direito de Uso e arrendamentos.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Imobilizado

Ativos imobilizados adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para captação de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos com vida útil definida são depreciados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de depreciação de um ativo de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de depreciação, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Até que a Companhia inicie suas operações comerciais, todas as aquisições de ativo imobilizado são registrados na rubrica de imobilizado em construção.

b. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. A mensuração do passivo de arrendamento foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	11.415	76
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.415	76

6 Adiantamento a fornecedores

	2020	2019 (não auditado)
Adiantamento a fornecedor	5.969	1

7 Cauções e depósitos vinculados

Depósitos referentes à conta reserva e conta garantia referente ao empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste, reajustado mensalmente pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento anual das cauções e depósitos vinculados foi de 100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	2020	2019 (não auditado)
Cauções e depósitos vinculados	8.084	-
	8.084	-

8 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção da usina.

	Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em construção	1.016	3.289	4.305
Total do ativo imobilizado	1.016	3.289	4.305

9 Direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção. Desde 1º de janeiro de 2020 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2019 (não auditado)	Adoção inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	2.107	(64)	2.043
Total do ativo	-	2.107	(64)	2.043

Composição dos saldos de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Passivo de arrendamento	1.981	-
Total	1.981	-
Circulante	218	
Não circulante	1.763	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2019 (não auditado)	Adoção inicial	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques fotovoltaicos	-	2.107	(337)	211	1.981
Total	-	2.107	(337)	211	1.981

10 Fornecedores

	2020	2019 (não auditado)
Serviços	322	2
TOTAL	322	2

11 Obrigações tributárias

A – Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2020	2019 (não auditado)
IR retido sobre serviços	5	-
CSLL retido	3	-
Total	8	-

B – Outros impostos a recolher

	2020	2019 (não auditado)
ISS Retido	1	-
	1	-

12 Financiamentos

A- A companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do BNDES pela linha de crédito PROINFRA; mediante abertura de crédito no valor de R\$80.764, que deverá ser integralmente creditado ao longo do exercício de 2021.

Financiamentos	Taxa de Juros Efetiva	Vencimento Final
Financiamentos BNB	1,50 % a.a	15/06/2039
Total		7.261
Não Circulante		7.261

A movimentação do financiamento aconteceu da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-
Custo de captação	(25)
Juros incorporados a dívida	108
Captação	<u>7.178</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>7.261</u>

B- Obrigações Contratuais – Covenants

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicável a esse tipo de operação. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

Os covenants são requeridos a partir da primeira liquidação do principal. A administração está atenta aos prazos, bem como às demais obrigações envolvidas.

C- Garantias

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos.

Os contratos de financiamento têm como garantia fianças bancárias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o banco BTG Pacual e conta garantia com o Banco Bradesco, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

D- Cronograma de pagamento do principal

O cronograma de pagamento de principal do financiamento está apresentado a seguir:

2022 – R\$ 594
2023 – R\$ 1.390
2024 – R\$ 1.975
2025 – R\$ 2.471
2026 – R\$ 831
Total – R\$ 7.261

13 Partes relacionadas

Remuneração da administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi paga pela controladora.

14 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 22.332 (R\$ 1.162 em 31 de dezembro de 2019), representado por 22.332.030 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em abril, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 100, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 100.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em julho, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 900, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 900.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em setembro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 20.170, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 20.170.080 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

15 Despesas gerais e administrativas

	2020	Não auditado 2019
Serviços de terceiros – PJ	-	(3)
Serviços advocatícios	-	(26)
Serviços de contabilidade	(19)	(33)
(-) Recuperação de despesas	-	4
Outras despesas	(1)	(1)
Total de despesas gerais e administrativas	(20)	(59)

16 Resultado financeiro líquido

	2020	2019 (não auditado)
Outros, juros, tarifas e impostos	(3)	(1)
Total de despesas financeiras	(3)	(1)
Rendimento aplicações financeiras	5	8
Total de receitas financeiras	5	8
Resultado Financeiro Líquido	2	7

17 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

31/12/2020				
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.415		Nível 2
Depósitos vinculados	7	8.084		Nível 2

31/12/2020				
	Nota	Custo Amortizado		Nível
Passivos financeiros				
Fornecedores	10	322		
Financiamentos	12	7.261		

31/12/2019				
(não auditado)				
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5	76	-	Nível 2

31/12/2019				
(não auditado)				
	Nota	Custo Amortizado		Nível
Passivos financeiros				
Fornecedores	10	2		

Valor justo dos instrumentos financeiros

31/12/2020				
	Nota	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes	5	11.415	11.415	
Depósitos Vinculados	7	8.084	8.084	

31/12/2020			
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros			
Fornecedores	10	322	322
Financiamentos (a)	12	7.261	7.261

31/12/2019			
(não auditado)			
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes	5	76	76

31/12/2019			
(não auditado)			
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros			
Fornecedores	10	2	2

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNDES, visto que a Companhia conta com uma linha de crédito chamada PROINFRA.
- (b) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

a) Caixa e equivalentes de caixa – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

b) Fornecedores - A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir os seus vencimentos no curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil.

Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Com base nos dados disponíveis do Banco Central e Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos depósitos vinculados e financiamentos.

Análise de Sensibilidade

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/2020	31/12/2021	Provável	Δ+25%	Δ+50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJPL (a)	4,39%	4,47%	0,088 p.p.	0,10 p.p.	0,12 p.p.
IPCA (c)	4,38%	3,32%	(1,06) p.p.	(1,33) p.p.	(1,59) p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	2,52%	3,90%	1,38 p.p.	(1,73) p.p.	2,07 p.p.
Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2020	Provável	Δ+25%	Δ+50%
Financiamentos	IPCA (c)	7261	241	221	203
Risco de redução (ativo)					
Depósitos vinculados	CDI (b)	8084	315	344	371

(a) Taxa de juros de longo prazo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(c) Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Fonte: Relatório Focus do Banco Central

Riscos de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco

Riscos operacionais

Riscos operacionais são riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos. O objetivo da Companhia é administrar tais riscos para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, como a necessidade de adquirir energia no mercado aberto para distribuir a seus clientes por falhas ou problemas técnicos.

Riscos Regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME, ONS, FNDC etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com os regulamentos expedidos, sendo assim, alterações no ambiente regulatório podem exercer impacto sobre suas atividades. Adicionalmente, a companhia dispõe de uma equipe jurídica qualificada e também é representada por advogados de escritórios de prestígio no país para manter-se atenta a possíveis alterações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Ativos financeiros

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	11.415	76
Depósitos vinculados	8.084	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2020	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	322	322	322	-	-	-
Financiamentos	7.261	80.764	-	594	8.528	71.642
Arrendamento	1.981	1.981	218	436	654	673

18 Informações complementares do fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	2020
Aumento em imobilizado	(322)
Aumento em fornecedores	322

19 Eventos subsequentes

A – Em 26 de fevereiro de 2021, a Francisco Sá Solar Holding S.A., efetuou um aporte de capital social no montante de R\$ 6.991, aumentando o valor do capital social de R\$ 22.332 para R\$ 29.323.

B – Em 8 de abril de 2021, ocorreu o desembolso de uma parte do crédito obtido junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 7.873, aumentando o valor do principal da dívida de R\$ 7.261 para R\$ 15.134.

C – Em 15 de julho de 2021, a Francisco Sá Solar Holding S.A., efetuou um aumento de capital social no montante de R\$ 14.321, aumentando o valor do capital social de R\$ 29.323 para R\$ 43.644.

* * *